

Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Município de Paulínia

**Ata da reunião extraordinária dos Conselhos
Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência dos
Funcionários Públicos de Paulínia – PAULIPREV**

Ao primeiro dia do mês de Setembro de dois mil e dezessete, às dezessete horas e minutos, na sede da Paulipev, reuniram-se o Conselho Administrativo e Fiscal, Diretor Presidente, Diretora Administrativa e Diretoria Previdenciária e Atuária, para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto conforme Regimento Interno dos Conselhos. Declaramos a ausência do conselheiro José Carlos Proença.

Pauta do dia: Considerações do Conselho Fiscal em relação a prestação de contas do mês de Junho/17.

Primeiro item da ordem do dia: Ligian iniciou a reunião citando que apresentaria os apontamentos do Conselho Fiscal, acrescentando que não estariam portanto aprovando ou reprovando as contas, e que estariam deixando uma cópia dos documentos ao Conselho Administrativo para depois poderem discutirem, uma vez que é órgão que delibera. Assim, expôs que em relação aos repasses, estes encontram-se em dia, tanto em relação a Prefeitura como da Câmara, sendo questionada pela Eliete sobre a regularidade do parcelamento, tendo a devolutiva e apresentando documentos comprobatórios que estes também encontram-se atualizados. A seguir Ligian citou que os valores dos repasses vem sendo creditados, no caso da Prefeitura na Caixa FI Brasil (ref. DI Longo Prazo) e da

Câmara no Banco do Brasil - Carteira Administrativa. Citou posteriormente que o parcelamento de débitos também está sendo pago em dia, porém ressaltou dos valores calculados sobre o parcelamento anterior e que não contempla portanto os valores reais em atraso, alertando no entanto que no começo deste ano tiveram ciência que este valor atinge cerca de novecentos reais. Assim, alertou novamente que era importante ter a negativa do Ministério da Previdência para o Instituto poder se precaver no futuro e posteriormente não ser apontado que está pagando uma conta velha. Eliete então lembrou que isso está já citada na reunião anterior. Eliete então questionou a Diretora da Previdência e Atuária se ela teria conhecimento se teria caminhado algo neste sentido, tendo a resposta da mesma que desconhecia o fato. Ligian então citou que buscará como conselheira enviar um questionamento via email para o Ministério da Previdência. Em relação a despesas, Ligian citou que observaram que contou-se com um aumento de gastos de 3,4%, isso considerando o período compreendido de final de Março a final de Junho, ou seja, valor que corresponde a R\$ 246.000,00. A seguir dentro deste aspecto citou sobre o aluguel do novo imóvel. Segundo Ligian, o Conselho observando as contas identificaram que no mês de Junho havia o 5º pagamento de um total de 6, sendo que o Conselho não teria identificado nos meses anteriores os pagamentos do mesmo, sendo completada pela Márcia Ambrozini que isso corresponderia ao seguro do imóvel. Ligian a seguir citou que o contrato foi assinado em Fevereiro, que apareceu um primeiro pagamento de R\$ 9.804,00 no mês de Junho, citando a seguir que em nenhum momento anterior foi identificado quando iniciou-se o pagamento do aluguel, acreditando assim que foi pago antes. Ligian a seguir citou que a assinatura do contrato foi realizada em 17 de Fevereiro, sendo que a aprovação do Conselho ocorreu dia 21 de

Fevereiro , portanto o contrato foi assinado antes da aprovação acrescentando ainda que o parecer jurídico é datado de 23 de Fevereiro. Neste momento chegou para participar da reunião o Diretor Presidente. Ligian retomou rapidamente os assuntos abordados inclusive a questão das despesas, deixando a vontade ao Conselho Administrativo o desejo de discutir com a Diretoria a questão apresentada. Valmir pediu a palavra e questionou se este apontamento do Conselho já teria sido discutido com o Diretor Presidente. Ligian então respondeu negativamente acrescentando que este documento apresentado pelo Conselho Fiscal seria um tipo de questionamento diante dos fatos observados. Ligian retomou a questão ao Diretor Presidente, citando que os recibos provenientes dos meses anteriores ao de Junho não estariam na caixa apresentada aos mesmos por ocasião da análise das contas. Márcia Ambrozini explicou ao mesmo a forma como foi identificado , citando da identificação do recibo de seguro e que até o mês de Junho nenhum recibo de aluguel, retomando com o mesmo as divergências de datas: parecer jurídico, efetivação do contrato e aprovação do Conselho Administrativa. A seguir Márcia Ambrozini respondeu ao Valmir que é papel do Conselho Fiscal apresentar os apontamentos ao Conselho Administrativo e quem estabelece as discussões e encaminhamentos é o Conselho Administrativo. Márcia Ambrozini citou que ao mesmo tempo que não ocorreu nenhum ônus ao Instituto , uma vez que o contrato estabeleceu que poderia se fazer uso do espaço após o dia 23. Ligian então alertou que a questão principal era não se seguir uma ordem correta. Guimarães refletiu que não entendeu a porque não estaria os devidos pagamentos com os processos respectivos, sendo complementado pela Sandra a preocupação quanto a forma errônea como se estabeleceu o processo, ou seja, foi estabelecida uma ordem inversa. Ligian a seguir continuou citando que através de

✓
or
L
SN
Fabo
Sandra

Handwritten signature

Handwritten signature

cálculos realizados, a nova sede está apresentando um custo (considerando aluguel até o momento) aproximado de R\$ 71.000,00, um aumento portanto de 35% sem contar o projeto do desenho arquitetônico de R\$ 6.400,00 além de acompanhamento de obra R\$ 10.513,40, tendo o posicionamento da Eliete que este último valor o Conselho não teria aprovado, o que fez o Diretor Presidente citar que isso é obrigada a fazer, considerando que é acompanhamento da obra. O Diretor Presidente a seguir citou que se este tivesse um Engenheiro não teria realizado esta contratação, que esta contratação faz parte da adequação do imóvel. Ligian então completou que o Conselho Fiscal não teria localizado esta aprovação e que não possui parecer jurídico quanto a este pagamento, refletindo com os presentes como o Tribunal de Contas avaliará esta questão. O Diretor Presidente retomou a palavra, lembrando o momento da busca de novo imóvel, da comissão formada, da necessidade de adequação diante da escolha pelos membros, entre outros, que compreendia as avaliações do Conselho, porém lembrou que não teria concluído o exercício, citando a seguir a finalização das duas licitações no dia 30 de Agosto envolvendo a questão da rede e da energia elétrica, necessitando ainda a pintura, que todos esses itens constituem-se adequação do imóvel, que há registrado em ata, que estava sendo realizado a adequação do imóvel, portanto essas informações são de conhecimento dos Conselho sim. Ligian então pediu a palavra e solicitou que diante de alguma necessidade, que se apresente uma estimativa de custo ao Conselho, e verifique se todos concordam ou possuem idéias, alertando o custo já envolvido nesta nova sede, que tem ciência que ocorreu deliberação, no entanto que quando se tornar público ao servidor, poderá se gerar problemas, solicitando cautela. O Diretor Presidente então citou que acredita que apresentando a explicação adequada, contará com a compreensão

uma vez que vem se necessitando criar toda uma estrutura à cargos efetivos , refletindo assim onde colocaria todas as pessoas, o que fez Ligian responder que compreendia a questão, porém enfatizou a importância da discussão junto ao Conselho. Ligian expôs então sobre a contratação citada no semanário . Eliete citou de algumas das funções apresentadas no edital, o que fez Ligian ressaltar da importância de passar pelo Conselho anteriormente. O Diretor Presidente então citou que o Instituto encontra-se com contratos vencendo, o que fez Eliete citar algumas funções constantes no Edital, acrescentando portanto da diferenciação das funções hoje existentes no Instituto. O Diretor Presidente citou que não poderia renovar os contratos anteriores devido ao valor, o que fez Eliete questionar os tipos de profissionais citados (limpeza de caixa d água, desratização, desinsetização, copeiragem, limpeza, higienização, desinfecção) diferentes portanto do que hoje conta com a contratada: recepcionista e auxiliar de limpeza. O Diretor Presidente então citou das dificuldades que vem vivenciando em relação ao Dr Diogo, que hoje vem realizando o contencioso judicial do Instituto. Segundo o Diretor Presidente , este não vem respondendo a contento, que o Instituto não vem contando com devolutivas do mesmo, buscando assim o contato através de carta registrada já que com outros recursos não obteve êxito (contato via fone, email). Com isso discutiu-se quanto a viabilidade ou não de rescisão de contrato , tendo a sugestão de Márcia Conde que antes da efetivação da rescisão de contrato que se identifique outros profissionais para suprir as necessidades da Pauliprev, para então depois se efetivar tal rescisão. O Diretor Presidente a seguir citou que teria recebido do Ministério Público ofício envolvendo ainda sobre a contratação emergencial dos médicos, lembrando o episódio vivenciado na época. Nara neste momento passou a participar da reunião, sendo

apresentado uma síntese da reunião à mesma pela Sandra. O Diretor Presidente pediu a palavra e citou que teve oportunidade de contatar o Dr Fernando Stein, questionando os presentes sobre a postura do mesmo, tendo a resposta dos mesmos como positiva. O Diretor Presidente retomou a palavra e citou que teria recebido um ofício objetivando a efetivação de um termo de ajustamento de conduta, onde se busca o compromisso de não realizar a terceirização de pessoal necessário (técnico), ou seja, que se efetive somente contratação através de concurso público, enfatizando que todos sabem que a Pauliprev está aguardando o andamento da Câmara para promover o mesmo. O Diretor Presidente expôs a seguir que foi aberto um novo inquérito ,não conseguindo entender do porque do mesmo. Com isso citou que apresentará a resposta à mesma na reunião da Pauliprev no dia 5 de Setembro , reiterando que está ciente dessa situação solicitando atenção de todos quanto as dificuldades enfrentadas pela Pauliprev por não possuir estrutura, que esta fase de transição que o Instituto vem passando mudará totalmente o quadro, uma vez que a Pauliprev durante 17 anos encontra-se sem concurso público, acrescentando que enquanto contar apenas com "tapa buraco" sempre irá aparecer alguma situação , que a falta de pessoal capacitada técnico faz com que encontre situações como estas onde não encontra-se correto, a data do contrato, o inicio de vigência do contrato e parecer jurídico. Guilherme então citou que o Instituto necessita ser independente. Ligian pediu a palavra e citou que quando a caixa de documentos chegar para o Conselho Fiscal, ela deve estar pronta e pode ter acontecido do processo não estar pronto . O Diretor Presidente fez a leitura de documento apresentado pela Diretora Administrativa, onde a imobiliária Pisa Pigato citava que o contrato foi firmado em 23 de Fevereiro, o que demonstra que eles contaram com erro formal,

citando por outro lado que o Conselho Fiscal estava correto, devendo fazer este tipo de trabalho. Reginaldo pediu a palavra e voltou a questão anteriormente discutida, sugerindo fazer uma consulta, romper o contrato com Dr Diogo e realizar um contrato emergencial até que se faça uma licitação. O Diretor Presidente citou ter conhecimento dessa possibilidade, porém fez a menção a respeito do ofício recebido do Ministério Público, uma vez que não deve-se efetivar contratação nenhuma, o que fez Nivia e Reginaldo se posicionarem a respeito do engessamento da questão. O Diretor Presidente citou que caso se rescinda o contrato não poderá ficar mais de 10 dias sem um advogado. Sandra então questionou quantos processos teriam para serem avaliados, tendo a resposta de 50 e se o mesmo teria pensando em pagar um free lance para que faça estes processos. O Diretor Presidente então explicou que caso realizasse a rescisão, poderia realizar uma contratação até R\$ 8000,00 com dispensa de licitação, ao mesmo tempo poderia fazer um chamamento público. Por outro lado citou que isso não seria positivo, pois seria importante um escritório para centralizar tudo. A seguir citou que já teria realizado uma consulta na Prefeitura, visando contar com algum apoio neste sentido, tendo a resposta negativa; ao mesmo tempo entrou em contato com a CAMPREV, pedindo apoio não no contencioso mas para elaboração de parecer jurídico subscrito para que pudesse fazer uma licitação, A seguir alertou caso não conte mais com Dr Cleuton e Dr Diogo quem realizaria o parecer permitindo contratar novo escritório. Assim expôs que a falta de estrutura pessoal vem causando problemas sistematicamente. Eliete então questionou sobre a contratação até oito mil reais, tendo a resposta do Diretor Presidente que a contratação desta forma comportaria o trabalho para apenas um mês. Eliete então questionou o Diretor Presidente se o mesmo já teria conversado com o Dr Diogo sobre a

[Handwritten signatures in blue ink]

fabio

[Handwritten signature in blue ink]

[Handwritten signature in blue ink] *Manic*

[Handwritten signature in blue ink]

insatisfação do trabalho realizado , tendo a resposta que teve uma oportunidade onde teria solicitado o "passo a passo" para que a Pauliprev pudesse entrar com as ações de cobrança sem prejuízo das representações . Eliete então lembrando que o mesmo não teria contatado ainda Dra Verônica sobre outro assunto, questionou se o Diretor Presidente não poderia também apresentar essa outra questão à mesma, o que fez o mesmo responder que não via problema, tendo a certeza que ela compreenderia. Eliete então retomou mais uma vez a proposta apresentada pela Márcia Conde . O Diretor Presidente seguindo citou que o Dr Diogo é amigo do Dr Douglas, fazendo parecer até mesmo uma retaliação por parte do mesmo diante da situação envolvendo Dr Douglas. Valmir então questionou se poderia realizar uma licitação antes da rescisão do contrato, tendo a resposta do Diretor Presidente como negativa, o que fez o mesmo explicar que em decorrência da situação pode entrar com ofício direto no juízo , solicitando a suspensão. Assim, estabeleceu-se que o Conselho Administrativo realizaria a votação quanto a rescisão e contratação de novo advogado, porém aguardaria o retorno da carta registrada ao Dr Diogo para então a efetivação ou não da rescisão do contrato. Desta forma, por unanimidade os presentes votaram a favor da rescisão assim como a contratação de novo advogado para o contencioso. Reginaldo pediu a palavra e sugeriu que quando da efetivação do contrato que se efetive mensal e não anual, sendo complementado pelo Diretor Presidente que deverá este contrato inclusive citar da rescisão por ocasião do concurso público, aspecto este reiterado pela Sandra. Ligian então retomou a palavra e reiterou a necessidade que tudo que envolva gastos sejam bem elaboradas e que tudo seja encaminhado ao Conselho Administrativo anteriormetne, relatando as dificuldades enfrentadas em outras gestões, enfatizado que se a proposta é que o

Conselho seja melhor, transparente, que o Instituto inspire aos servidores, que o que estava sendo apresentado era para resguardar a todos, portanto a necessidade da discussão conjunta da Diretoria e Conselho Administrativo. Informou a seguir o aumento na folha de pagamento dos aposentados em 7% no valor aproximado de R\$ 390.023,24 e de pensionistas no valor de R\$ 7918,51 ou seja 7%. O Diretor Presidente pediu a palavra e citou que foi chamado no dia anterior no Gabinete do Prefeito, lembrando que ao mesmo tempo teria apresentado na reunião do PCCV a situação da Pauliprev assim como na comissão especial de inquéritos na Câmara. Segundo o Diretor Presidente, o Prefeito expôs que não necessitaria realizar complementação financeira ao Instituto, uma vez que a Pauliprev possui patrimônio de 1 bilhão de reais, o que fez o mesmo explicar que a Pauliprev vive de um orçamento (aposentados, pensionistas, auxílio doença), das receitas oriundas das contribuições do servidor e patronal além do complemento feito pela administração, não podendo mexer no patrimônio visto que diante de uma possível queda brusca na arrecadação e portanto da necessidade de se mandar embora servidor, esse patrimônio será necessário, enfatizando que se não ocorrer a reposição de 3 a 4 servidores para cada um aposentado, irá se perder receita. Lembrou ainda que ocorreu 144 aposentadorias desde o início do ano, sendo que somente 27 novas nomeações se efetivaram. Segundo o Diretor Presidente, o Prefeito acrescentou que não poderia contratar ninguém visto comprometimento da folha de pagamento, o que fez o mesmo citar da necessidade de mandar embora comissionados, acrescentando ainda que estes contribuem na sua maioria para o regime geral. A seguir citou que uma alternativa seria aumentar o percentual de complementação, e não sendo investimento em pessoal, não atingiria o 54%. Expôs ainda que colocou que o Instituto

✓
A
J.
EJK
Faber
L
Cunha

Mauve

Handwritten signature

não é contra o PCCV , mas questionou de onde sairá o dinheiro para os devidos pagamentos. Citou a seguir que há um projeto no Congresso Nacional que altera de 11 a 14% a contribuição do servidor; que seria uma alternativa porém não resolveria o problema. Em relação a migração dos celetistas, o Diretor Presidente citou que também o tema foi abordado. Márcia Ambrozini pediu a palavra e citou que a mesma, Eliete e Nivia participaram no dia 30 de Agosto da reunião promovida pelo Sindicato com esta temática. Segundo Márcia muitos dos Guardas Municipais são advogados e que se posicionaram respaldados pela Lei Federal que cita que a contribuição para se aposentar é 5 anos, tendo clareza que brigarão muito diante desta questão da Lei. Márcia ainda citou que foi tirada uma comissão, na sua maioria bacharéis em direito, portanto um grupo forte, sugerindo assim que o Instituto também conte com seus advogados, que apresentem muitos argumentos uma vez que a discussão será grande. O Diretor Presidente pediu a palavra e citou que já teria recebido um ofício onde o mesmo deveria se manifestar sobre os sérios impactos que o Instituto vai sofrer. Márcia Ambrozini continuou, citando que o advogado do Sindicato Rafael foi ótimo na sua apresentação, ressaltando o posicionamento positivo do Sindicato, enfatizando por outro lado a postura dos Guardas Municipais. O Diretor Presidente então lembrou que a reunião com o Sindicato foi muito positiva, que produziu este efeito, que começaram a enxergar o Instituto com outros olhos. Fabio então pediu a palavra e citou que é necessário informar o Prefeito , uma vez que mais um fundo contará com problemas. O Diretor Presidente a seguir informou que a resposta a este ofício será apresentado na reunião do dia 05 de Setembro. Nivia então citou que foi apresentado que a Prefeitura contará com uma economia, uma vez que deixará de recolher FGTS. Márcia Ambrozini citou que teriam falado na reunião que seria uma

Márcia

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Fabio

[Handwritten signature]

base de 5% que teria que se aposentar nos próximos anos e o que restante teriam mais tempo, acrescentando ainda que poucos teriam paridade. Sandra pediu a palavra e discordou da fala da Márcia Ambrozini, visto que os Guardas possuem a promessa do Prefeito de fazer a mudança da nomenclatura e aprovar a aposentadoria de 25 anos (especial) , reiterando que já teria apontado isto ao Diretor Presidente e da necessidade do mesmo conversar com o Prefeito sobre tal questão, acrescentando que quem teria passado esta informação à mesma, seria a mesma pessoa que estaria realizando este estudo e que vem contatando diretamente o Prefeito. Com isso concluiu que esse número não corresponde portanto a 5%, que a maioria deles encontra-se com o salário acima do teto do INSS, lembrando ainda que hoje a imagem que Pauliprev vem passando é que irá quebrar, portanto quem iria querer migrar ao mesmo. O Diretor Presidente então citou que na sua oitiva foi questionado pelo Tiquila tal questão, tendo salientando que a Pauliprev não irá quebrar, sendo interrompido pela Sandra que caso não seja cuidado isso se efetivará sim. O Diretor Presidente a seguir citou que o problema é que a lei de responsabilidade fiscal aponta limites, não podendo gastar mais do que recebe. Fabio então lembrou a forma como está se propondo realizar o recadastramento dos ativos, sendo completado pelo Diretor Presidente que teria enviado uma mensagem para Eliane do RH, visto que o formulário previsto não conta com numero de dependentes, por exemplo. Eliete então questionou se será possível complementar tal formulário. Fernando então sugeriu que a Pauliprev realize o seu próprio, porém o Diretor Presidente citou que seria inviável a realização de dois, visto o gasto indevido. Valdir então questionou o que estaria faltado no formulário proposto, tendo a resposta do Diretor que além dos dependentes o CTC, sendo completado pela Nivia que faltou também CTC ou extrato do CNIS,

certidão do RPPS do Estado e Prefeituras, assim como carnê autônomo. Ligian citou que para levarem a cópia destes documentos, será necessário se estipular que não acontecendo isso será cortado salário. O Diretor Presidente a seguir expôs que com base na conversa da reunião anterior, este teria elaborado um termo de referência sendo que já estaria solicitando os orçamentos de empresas que realizam este trabalho, além de estar cobrando do Secretário do RH, deixando claro que se os dados apontados pela Pauliprev não forem considerados, o Instituto realizará o seu próprio. Eliete então questionou quando o Rh pretende efetivar o cadastramento, tendo a devolutiva do Diretor que até 20 de Setembro estaria pronto, uma vez que se efetivará on line, sendo lembrado pela Sandra que ainda não se enviou nenhum comunicado via holerith, o que fez Eliete questionar se ele já teria soltado o cadastramento, tendo a resposta negativa do Diretor. Eliete então citou que caso não contemple os dados necessários à Pauliprev que se utilizem os dados possíveis e se complemente. O Diretor Presidente citou que o Instituto já possui as três senhas do Ministério da Previdência e com isso realizou o encaminhamento de 40 processos, acrescentando que até meados do mês de Setembro a Pauliprev passará a contar com sua certidão de regularidade previdenciária. A seguir Adilson pediu desculpas mas que necessitaria sair da reunião devido a compromisso anteriormente assumido. Ligian retomou os apontamentos do Conselho Fiscal, citando que ao mesmo tempo o Instituto contou com uma economia em 14% em relação aos afastamentos, totalizando a importância de R\$ 167.071,25, no entanto mesmo com tal diminuição, a Pauliprev gastou com este tipo de pagamento o valor de R\$ 1.007.214,95, o que representa 12,5% do valor do repasse mensal, enfatizando a importância do Prefeito ter conhecimento deste valor e verificar a possibilidade de retomar esse

custo à Prefeitura, acrescentando que no mês de Junho o Instituto contou com o repasse de oito milhões e seiscentos mil porém uma despesa de sete milhões duzentos e trinta mil, o que fez sobrar apenas um milhão trezentos e setenta para aplicação e considerando que não vendo ocorrendo a inclusão de novos servidores , que a carteira da Paulirev não conta com um bilhão devido as quedas de investimentos, o valor não é este realmente. Já em relação a CRP , o Conselho Fiscal apontou as pendências para o Conselho verificar. Outro aspecto apontado, embora tenham ciência da existência da comissão para análise da base previdenciária, se mantem as aposentadorias glosadas. Ligian a seguir citou sobre a contratação da FIPE, que estaria realizando um levantamento nos Institutos da região e estaria montando um esquema para se avaliar o que dá certo e errado. A seguir citou que o parecer jurídico do Dr Douglas , o Conselho não teria se baseado , porém teriam identificado vários pareceres contrários para que uma empresa realizasse esse trabalho, visto que o Tribunal de Contas cita que "a prestação desses serviços é tarefa administrativa , de caráter permanente e contínua, o que significa se tratar de atividade rotineira, de natureza ordinária deste órgão e disciplinado no Manual de Compensação Previdenciária do Ministério da Previdência e Assistência Social e que prevê que a execução deverá ser atribuição dos servidores do órgão". Com isso citou alguns locais como Rio Grande do Sul, São Paulo, sendo interrompida pelo Diretor Presidente que citou que haveria dois tipos de compensação previdenciária, ou seja, que existe crédito a serem compensados que são apontados pelo Tribunal de Contas (o que o município está devendo e solicita ao INSS para fazer a contratação para este tipo de compensação) como irregular. Márcia Ambrozini então citou que teria contatado Campinas e que teve ciência dos apontamentos do Ministério Público. Sandra então

Marcia

Fabro
Marcia
Sandra

questionou se seria o Conselho ou Ligian que teria realizado os levantamentos. Ligian citou que tanto ela como Márcia , tendo a mesma realizado contato com várias Prefeituras, como Ponta Porã, Cruzeiro, Paraíba , Rio Grande do Sul, salientando que Campinas não conta ainda com uma decisão final, sendo complementada pela Márcia Ambrozini que haveria um apontamento do Ministério Público que reprova o contrato com a FIPE. Ao mesmo tempo o Diretor Presidente citou que haveria um apontamento do Escritório Regional do Tribunal de Contas de Campinas favorável. Ligian acrescentou que verificou que não existe ainda decisão final, portanto se corre o risco. Seguindo Ligian citou que teria realizado contato telefônico com os Institutos de Avaré, Bauru, Limeira e Guarulhos e todos foram unânimes citando que não podem contratar uma empresa para fazer COMPREV , devendo ser um servidor do Instituto, inclusive um deles foi pauta da ultima Assembleia da APEPREM, a qual já teria enviado uma consulta , não tendo ainda devolutiva do mesmo. Márcia Ambrozini a seguir citou que verificou no site da COMPREV que eles fornecem funcionário para vir até o local e realizar o treinamento para aprender realizar todo o processo necessário. Ligian citou que de Limeira citou que diante do numero de aposentados de Paulínia, certamente uma pessoa faria ,que é muito fácil; questionando quem garantiria o que a empresa promete, citando que em outro momento teria sido assediada para que auxiliasse uma empresa a realizar a compensação .Assim, concluiu que sua preocupação é que ocorra mais um evento negativo para o Instituto, sendo complementada pela Márcia Ambrozini que é uma preocupação do Conselho, acrescentando que o parecer fornecido pelo Dr Douglas cita dos locais que não puderam realizar, que deva ser realizado por um funcionário do local, avaliando portanto como um parecer consistente, sendo interrompida pelo Diretor Presidente contrariando sua avaliação.

[Handwritten signature in blue ink]

Felipe

[Handwritten signature in blue ink]

[Handwritten signature in blue ink]

[Handwritten signature in blue ink]

Márcia Ambrozini citou que o parecer convenceu e que não aconselhava este tipo de contrato e ao seu ver quando da necessidade da contratação de uma empresa, da importância da leitura prévia do parecer jurídico ao Conselho Administrativo, até pela falta de conhecimento específico de muitos conselheiros. O Diretor Presidente citou que a cada mês que passa vem se perdendo valores, acrescentando que para o ordenador de despesas que não toma atitude tem possibilidade de ter precarização. Ao mesmo tempo, enfatizou que a Pauliprev não conta com servidores próprios e portanto aguarda a realização de concurso público, tendo ciência da responsabilidade que o mesmo possui e portanto não sendo dos conselheiros, uma vez que o mesmo é ordenador de despesas. Referiu ainda que anteriormente foram enviados 340 processos ao Ministério da Previdência, aspecto este não ressaltado pelo Dr Douglas, lembrando que apenas 2 foram deferidos, 319 foram indeferidos, 18 aguardando digitação e 1 de pensionista, tudo no entanto parado. Ligian pediu a palavra citando que mesmo que o Dr Douglas tivesse apresentado parecer favorável, também verificou que quase a totalidade dos locais contatados são desfavoráveis. Márcia Ambrozini pediu a palavra e lembrou que quando da discussão sobre o contrato da FIPE teria citado que eles receberiam por contrato findado e que seria pago cinco mil e pouco por processo encerrado, realizando assim a seguir a leitura de um aspecto do contrato, questionando se alguém hoje estaria participando desse processo, tendo a resposta negativa do Diretor Presidente que completou citando que considerando a existência de 1600 processos em 30 meses espera-se que efetivando o concurso público, um dos novos servidores do Instituto possa fazer parte. Márcia Ambrozini então citou que ao seu ver o contrato parece mais de treinamento, não citando de processos específicos, tendo a complementação do Diretor

[Handwritten signature]
ex

Tabo

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Presidente que além do treinamento cita-se também o acompanhamento. Eliete então questionou se não é citado o valor apresentado ao Conselho que se referia a importância de R\$ 5246,00 aproximado, tendo a resposta do Diretor Presidente que este valor está incluso no valor quando é citada a questão da carga horária, sendo complementado pela Márcia Ambrozini que cita a quantidade de horas que o técnico atuará junto ao Instituto. O Diretor Presidente então expôs que realiza-se a tabulação de tudo e com isso o cálculo de valores com base na situação de processos. Márcia Ambrozini expôs que o contrato de Campinas é exatamente igual e que teria realizado contato com os mesmos. O Diretor Presidente pediu a palavra e expôs que teriam realizado visita em Campinas e teria inclusive solicitado o apoio institucional da Camprev, citando que o contrato é igual, sendo alertado pela Márcia que o valor seria diferenciado. Fabio então acrescentou que o número de aposentadorias era diferente, gerando com isso um valor diferenciado, sendo complementado pela Márcia Ambrozini que frente a renovação, o valor poderia ter apresentado alteração, a seguir citou ainda do motivo pelo qual foi solicitada uma reunião extraordinária visando sanar as dúvidas, não solicitando assim que o Diretor Presidente não visse a questão como pessoal. O Diretor Presidente então sugeriu que se efetivasse uma reunião extraordinária com ambos os Conselhos com a FIPE para que os Conselhos pudessem tirar as dúvidas existentes, tendo a fala complementar da Ligian que os mesmos fariam tudo para vender os serviços. Márcia Ambrozini a seguir citou que uma das questões levantadas no Conselho inclusive pelo Adilson foi que talvez diante do parecer do parecer jurídico, haveria a possibilidade de rescisão do contrato e repensar o que se faria. Ligian citou que verificou que alguns Institutos realizaram consulta primeiramente junto ao Tribunal

de Contas, avaliando desta forma que seria outro apontamento que a Pauliprev poderia contar. O Diretor Presidente avaliou que não se contará com apontamentos do TC, porém caso conte apresentará que o Instituto não contava com pessoal próprio e os funcionários que ali se encontram não possuem condições de desenvolver essa atividade, a cada mês que se passa está ocorrendo prescrição, e uma vez não tomando atitude, responderá por prevaricação, que diferente de Campinas que possui quadro próprio de pessoal, da Prefeitura que são técnicos, o que fez Márcia Ambrozini questioná-lo se a Prefeitura não poderia ceder servidores para este treinamento, tendo a resposta do mesmo que teria solicitado sem êxito. Fabio sugeriu se possível fazer um adendo no contrato citando que após o concurso, em um prazo de 180 dias e treinado funcionário do Instituto seria rescindido o contrato aspecto este também enfatizado pelo Reginaldo. Sandra então pediu a palavra e concluiu que o Conselho Fiscal sugeriu que se rescinda o contrato, sendo completado pela Márcia Ambrozini que o Conselho não teria realizado parecer nenhum, tendo a retomada da palavra da Sandra que também concorda com a manutenção da FIPE mas que além disso não dá para o Diretor Presidente ficar aceitando que a Prefeitura envie e com todo respeito aos servidores até porque tem ciência do empenho de todos, mas que não aceite qualquer tipo de profissional, que o mesmo necessita se posicionar. O Diretor Presidente citou que tentou conseguir pessoal capacitado, mas não conseguiu. Fabio ainda citou que quando Presidente do Conselho Fiscal teria contado com um questionamento por parte do Tribunal de Contas, se o Conselho não teria notificado a ausência da compensação previdenciária, sugerindo assim a realização de um questionamento ao TC sobre a situação do Instituto, o que ao ver do Diretor Presidente neste momento torna-se inviável. Eliete retomou a palavra e citou que não poderia deixar de lado o

apontamento do Conselho Fiscal e sugeriu a efetivação da reunião com a FIPE afim de ser esclarecidas as dúvidas pertinentes e tomar uma decisão conjunta entre Conselho Administrativo e Fiscal, questionado os demais conselheiros sobre tal proposta. A seguir Ligian solicitou que Fabio relatasse sobre a carteira de investimentos onde teria ocorrido uma diminuição da mesma. Segundo Fabio a Incentivo I e II, que eram respectivamente 35 milhões e 30 caíram respectivamente para 5 e 8, ressaltando que o Instituto iria resgatar um percentual, que iria ser convocada uma Assembleia, no entanto teria chego um pedido de resgate do ano passado e que no dia que venceu o prazo, ocorreu um ppd de 90%, com isso a Assembleia foi cancelada. Além disso citou da Piatã e Luminati. Guilherme então citou que o Conselho não vem contando com uma apresentação geral do quadro, tendo a resposta do Fabio que o Diretor Financeiro estaria preparando uma apresentação ao Conselho, tendo a complementação do Guilherme que o Conselho Administrativo não contou com uma apresentação formal do Comitê de Investimentos. O Diretor Presidente então citou que gostaria de agendar uma reunião extraordinária com os dois Conselhos para a devida apresentação com o Ronaldo, citando ainda que a teria recebido um telefonema da Angélica, a oficial da Promotoria da Dra Verônica solicitando documentos de 5 fundos (atas dos comitês de investimentos onde foram constituídos em relação a cadastramento desse pessoal, APRS, documentos relativos a todos investimentos realizados, etc). Citou a seguir que a Pauliprev contará com um resgate em Dezembro e ao mesmo tempo teria sido chamado pelo Gabinete sendo questionado porque teria realizado um resgate de milhões sem consultá-lo, tendo explicado que este resgate teria sido solicitado a três anos atrás pela gestão anterior, enfatizando assim com o mesmo a necessidade emergente do estabelecimento de



diálogo para melhor explanação da questão. Diante disso se estabeleceu que no dia 6 de Setembro, quarta feira , às 8 horas na sede da Pauliprev, os Conselhos contarão com reunião com Ronaldo sobre a carteira de investimentos e em seguida com a FIPE . Eliete a seguir pediu a palavra e retomou o aspecto já citado ainda no inicio da reunião quanto ao pregão presencial divulgada no Semanário e na página oficial da Pauliprev no dia 30 de Agosto, cujo objeto era a contratação de empresa para prestação de serviços contínuos nas funções já citadas anteriormente. Assim, após discussão ficou estabelecido que o pregão seria cancelado e seria aberto um novo somente com as funções necessárias já que a empresa que hoje terceiriza as funções de faxineira e recepcionista terão seus contratos vencidos. Considerando a nova sede , ficou acordado que as funções corresponderiam somente a uma recepcionista, duas faxineiras e uma copeira, já considerando a nova sede do Instituto, portanto somente 4 pessoas, combinado ainda que as demais funções quando necessárias seria realizado a contratação pontual para o tipo de trabalho específico. Eliete a seguir citou do contrato realizado com Alexandra Carolina Ferraro, citando que o Conselho Administrativo teria somente votado para a realização de um boletim informativo , sendo que no termo descritivo do edital o que fora solicitado pela empresa contemplava vários aspectos. O Diretor Presidente então citou que atendeu o parecer do consultor jurídico quanto a contratação de uma empresa para assessoria de imprensa e não somente a elaboração de um boletim informativo, sendo lembrando pela Eliete que o Conselho Administrativo não teve ciência do parecer deste profissional, retomando então a proposta da conselheira fiscal Márcia Ambrozini da necessidade do Conselho Administrativo ter ciência do parecer jurídico antes do fechamento de qualquer contrato da Pauliprev, aspecto este concordado pelo Diretor Presidente.

Marcia

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the word 'Tubo' and several illegible signatures.

Finalizando o Diretor Presidente expôs que em contato com o Prefeito, o mesmo teria citado da necessidade da Pauliprev entrar com ações judiciais frente aos fundos irregulares, o que fez o Diretor Presidente apresentar ao mesmo a necessidade de consultar os Conselhos. Diante da ciência de todos dos ônus que poderá ser gerado aos cofres do Instituto, por unanimidade os conselheiros optaram em manter somente o encaminhamento hoje efetivado, ou seja, realizar as denúncias através do Ministério Público o que não gerará custos ao Instituto.

Não havendo mais deliberações, encerrou-se a reunião às dezenove horas e trinta e seis minutos, sendo transcrita a ata e assinada por todos os conselheiros.



FERNANDO JOSÉ ROVERI
Presidente Cons. Administrativo



ELIETE MARIA DA SILVA
Secretária Cons. Administrativo



GUILHERME HOFF
Conselho Administrativo


LIGIAN REGINA KALVON
Conselho Fiscal

ausente


JOSÉ CARLOS SOUTO DE PROENÇA
Conselho Administrativo



FÁBIO CECCONELO
Conselho Fiscal



REGINALDO APARECIDO NAVES
Conselho Administrativo



MÁRCIA REGINA A. LOPES DA SILVA
Conselho Fiscal

Naramon

NARA MARTINS MORETTI

Conselho Administrativo

Márcia Conde de Souza Campos

MÁRCIA CONDE DE SOUZA CAMPOS

Conselho Fiscal

Sandra Ariadne Casassa

SANDRA ARIADNE CASASSA

Conselho Administrativo

ausente

ADILSON DE ALMEIDA LIMA

Conselho Fiscal

Nivia Carla da Fonseca

NIVIA CARLA DA FONSECA

Conselho Administrativo

VALMIR BRUSTOLIN

Conselho Administrativo